

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



PANDEMIA DA COVID-19, EDUCAÇÃO E TRABALHO: EM FOCO AS JUVENTUDES¹

Daiane Caetano Costa de Aquino¹

daiannyaquino@hotmail.com

Universidade do Vale do Itajaí

Tânia Regina Raitz²

raitztania@gmail.com

Universidade do Vale do Itajaí

RESUMO

O presente artigo se propõe a refletir sobre a pandemia de Covid-19 e seus impactos na vida dos jovens com relação a aspectos que envolvem educação e trabalho. Trata-se de um ensaio teórico pautado na abordagem qualitativa dos dados levantados durante a pesquisa documental e bibliográfica. As discussões aqui empreendidas englobam documentos públicos e foram fundamentadas em autores que estudam as temáticas juventudes, educação e trabalho, entre os quais destaco: Antunes (2009, 2015, 2019), Frigotto (2013), Pochmann (2000, 2007), Dayrell (2003, 2007), Abramo e Branco (2005), Pais (2009), entre outros. Os achados desse ensaio apontam que os jovens fazem parte da categoria social mais atingida pelas taxas de desocupação não somente em período pandêmico mais em contexto considerados “normais”. Embora o trabalho seja um direito preconizado pela Constituição Federal brasileira muitos jovens sequer conseguem se inserir no mercado de trabalho, e aqueles que obtêm sucesso na inserção muitas vezes ocupam vagas informais ou formais, mas de forma precária com salários reduzidos e carga horária elevada. O que influencia (in) diretamente na sua relação com educação e pode impossibilitar a continuação da formação acadêmica e/ou qualificação para o mercado de trabalho.

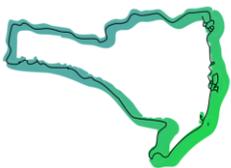
PALAVRAS-CHAVE: pandemia; jovens; educação; trabalho.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the Covid-19 pandemic and its impacts on the lives of young people in relation to aspects involving education and work. This is a theoretical essay based on a qualitative approach to the data collected during documentary and bibliographical research. The discussions undertaken here encompass public documents and were based on authors who study the themes of youth, education and work, among which I highlight: Antunes (2009, 2015, 2019), Frigotto (2013), Pochmann (2000, 2007), Dayrell (2003, 2007), Abramo and Branco (2005), Pais (2009), among others. The findings of this essay indicate that young people are part of the social category most affected by unemployment rates, not only during the pandemic period but also in contexts considered “normal”. Although work is a right advocated by the Brazilian Federal Constitution, many young people are not even able to enter the job market, and those who are successful in insertion often occupy informal or formal positions, but in a precarious way with reduced salaries and high workload. This directly influences your relationship with education and may make it impossible to continue academic training and/or qualify for the job market

KEY WORDS: pandemic; young people; education; work.

¹ Esse ensaio teórico faz parte de uma pesquisa de doutorado que se encontra em andamento.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



INTRODUÇÃO

Partimos da compreensão da condição juvenil como uma etapa da vida marcada por heterogeneidade e que vivencia diversos processos de transição, bem como experiências relacionadas a educação, ao trabalho, a estrutura e vida familiar, entre tantas outras. Nos propomos neste ensaio teórico a refletir sobre a pandemia da Covid-19 e seus impactos na vida dos jovens, como foco nas questões que envolvem educação e trabalho, categorias que desde muito cedo, com maior ou menor intensidade, fazem parte da vida dos jovens.

Numa sociedade como a nossa que possui expressivas desigualdades sociais, o acesso/permanência no processo de escolarização e formação acadêmica se torna um grande desafio e a inserção precoce no mercado de trabalho uma realidade. Desta forma, há necessidade que o Estado mantenha, elabore e implemente políticas públicas que tenham como prioridade atender de forma satisfatória as demandas por educação e trabalho dos jovens brasileiros. Sobretudo num cenário atípico como a pandemia da Covid-19 que vivenciamos e que trouxe o agravamento das mazelas sociais.

Com intuito de perpassar pelo contexto da pandemia e as relações estabelecidas na tríade juventude, educação e trabalho, discorreremos nesse ensaio sobre a pandemia da doença Covid-19 as categorias educação e trabalho na vida dos jovens, e ainda abordaremos o papel das políticas públicas voltadas a educação e ao trabalho no que tange às demandas das juventude(s).

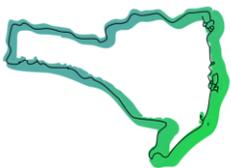
Sabemos que a circulação do novo coronavírus SARS-Cov-2 em Wuhan foi confirmada no dia 20 de janeiro de 2020 e no dia 30 do mesmo mês a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a epidemia. A disseminação geográfica veloz apresentada pelo coronavírus levou em 11 de março de 2020 a OMS a tratar a contaminação pela doença Covid-19 como uma pandemia (OMS, 2020). O Brasil teve os primeiros registros de casos em investigação da doença Covid-19 em 7 de fevereiro. Após decretar a pandemia da Covid-19 (nome dado a doença gerada pelo SARS-Cov-2) a OMS recomendou entre diversas outras medidas que fosse realizado o distanciamento social e que os países se preparassem para prevenir e conter a transmissão do vírus dentro de seu território.

A pandemia que enfrentamos desde então, entrou de forma abrupta em nossas vidas e nos forçou a enxergar e a viver de forma diferente, exigindo que nossa capacidade de adaptação fosse colocada em prova quase que diariamente. O distanciamento social, principal medida de prevenção tomada pelas nações do mundo, inclusive pelo Brasil, impactou muito em várias categorias que fazem parte do nosso cotidiano, entre as quais por critério de impacto e interesse de pesquisa destacamos: a educação e o trabalho.

A paralisação de atividades tidas como não essenciais refletiu muito no comportamento das pessoas e tarefas simples como por exemplo ir ao supermercado, se tornou uma situação de risco. Em 2020 o trabalho presencial foi em grande escala substituído pelo *home office* e as aulas presenciais na educação básica e superior foram convertidas em ensino remoto. Grande parte da classe trabalhadora que iniciou a pandemia em *home office* teve que retornar ao trabalho, ainda, nos primeiros meses de 2020, tomando as medidas de segurança, mas mesmo correndo um sério risco de contaminação devido aos altos índices de pessoas infectadas com a Covid-19. Já as atividades presenciais na área da educação estão foram retomadas gradativamente desde o último bimestre de 2020.

Embora a humanidade atualmente dispor de avanços científicos significativos e de recursos tecnológicos bem avançados, os protocolos iniciais adotados pelos países para evitar a disseminação da Covid-19 foram pautados em dispositivos conhecidos de longa data: a quarentena, o fechamento das fronteiras, entre os Estados-nações, e internamente o isolamento social. Outra medida tomada foi o uso de máscara, que atua como uma barreira física para ajudar a impedir que o vírus se propague por meio das gotículas expelidas durante a fala, tosse ou espirros, sintomas bem comuns nas pandemias de doenças respiratórias infecciosas.

Neste contexto de incertezas e em meio as descobertas de novos protocolos de tratamentos que se mostraram eficazes ou não, à medida que a doença ia se espalhando, fomos forçados a mudar nossa



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



rotina incluindo a forma de interação social, que antes acontecia acalorada com proximidade física e passou a ocorrer de forma distanciada em muitas situações apenas virtualmente.

Pandemias similares com a que vivenciamos atualmente², que envolvem as síndromes respiratórias ocorreram ao longo da história, nesse século em anteriores e mesmo que em épocas distintas, seus impactos ocasionam rupturas no tecido social, influenciando no modo de agir das pessoas e causando transformação nas estruturas sociais que sustentam a sociedade, como exemplos: a família, os direitos constitucionais, a religião, a educação, a economia, o trabalho etc.

Neste ensaio nos propusermos a pensar sobre uma categoria social específica: as juventude(s) e os impactos sofridos por elas durante a pandemia, nas questões que envolvem educação e trabalho. Sendo que as relações entre juventude, educação e trabalho são complexas e no mundo contemporâneo cada vez mais têm se apresentado de maneira entrelaçada.

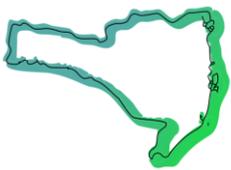
Iniciando as discussões sobre a definição de adolescentes/jovens sob a perspectiva legal, no Brasil temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reconhece como adolescentes pessoas entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1990), enquanto o Estatuto da Juventude, estabelece como jovens pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade (BRASIL, 2013). Para fins de pesquisas que visam acompanhar o desenvolvimento socioeconômico do país, como as que são realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é considerado como sendo jovem indivíduos que têm entre 15 e 24 anos. A Organização das Nações Unidas (ONU), corrobora com essa demarcação utilizada pelo IBGE, ao considerar em seus documentos e discussões, como jovens pessoas que estão dentro dessa faixa etária que compreende dos 15 aos 24 anos de idade. O que se percebe é que mesmo não levando em consideração outros fatores e estando apenas baseado num viés etário, já não há unicidade sobre a definição do indivíduo como ser adolescente ou jovem.

Embora que o recorte etário, fechado e determinista, seja aceitável para fins de levantamento de informações estatísticas, elaboração de políticas públicas, definição de deveres e defesa dos direitos estabelecidos a esta parcela da sociedade, nos propusemos a olhar as juventude(s) sobre a ótica da perspectiva histórico-sociocultural. Nessa concepção, juventude(s) é uma categoria denominada para além de visões reducionistas que a definem apenas pelo caráter etário ou biologizante. É tratada como uma categoria social heterogênea, constituída de acordo com o contexto social e histórico, uma etapa específica do desenvolvimento humano, cultural e social dos indivíduos, e não apenas uma passagem da infância para a vida adulta (ARRIÈS 1981, PERALVA, 1997).

Cabe salientar que as juventude(s), que por diversas características, deve ser vista no plural, como categoria social possui suas especificidades e estas são influenciadas diretamente pelo contexto que está inserida, onde [...] “se situa, biológica e culturalmente, em uma íntima relação com o tempo[...]” (MELUCCI, p.7, 1997), portanto, não existe uma única forma de definir ou caracterizar a juventude, pois existem aspectos específicos e individuais relacionados ao mesmo contexto, uma vez que a identidade juvenil é tecida de acordo as modificações sociais, culturais, históricas, econômicas, políticas, entre outros fatores inerentes aos mencionados. Portanto, não temos em determinada época e contexto apenas uma juventude, mas temos juventudes no plural, por serem referências múltiplas da sociedade e pelo fato de cada um experienciar da sua própria maneira o que é ser jovem (ABRAMO; BRANCO, 2005; DAYRELL, 2003, 2007; PAIS 2009).

As metamorfoses que ocorrem no mundo do trabalho e na “crise estrutural de desemprego” que estamos enfrentando (ANTUNES, 2009, 2015; FRIGOTTO, 2013) acabam tendo um impacto maior sobre os jovens, principalmente os pertencentes as camadas populares que travam diariamente, segundo Pochmann (2000), “a batalha pelo primeiro emprego”. Perpassam sobre exigências, muitas vezes, impossíveis de serem cumpridas por eles, uma vez que muitos estão à procura da sua primeira atividade

² Consideramos a Pandemia da doença Covid-19 algo bastante atual. Haja visto que foi somente em maio deste ano (2023), que foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) o fim da COVID-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



produtiva remunerada, seu primeiro emprego e não possuem a experiência requisitada por grande parte dos empregadores. Assim, muitas vezes acabam se sujeitando a empregos precarizados, informais e insalubres. E ainda entre os jovens que conseguem se inserir no mercado de trabalho, grande parte encontra outros desafios a serem enfrentados, entre eles, conciliar educação e trabalho.

Os jovens que já sofriam com o desemprego e enfrentavam diversas dificuldades para se inserir no mercado de trabalho antes mesmo da pandemia, passam a ser ainda mais afetados pela escassez de vagas no mercado de trabalho, uma vez que muitos dos trabalhadores inseridos tiveram sua jornada de trabalho ampliada e o salário reduzido, acentuando os nuances da precarização do mercado de trabalho que já vem ocorrendo há décadas.

É válido ressaltar que a pandemia não criou, ela simplesmente “desnudou” a exploração do trabalho, a exclusão de direitos, o subemprego, a informalidade e a intermitência que já vem ocorrendo há algumas décadas no mundo do trabalho, mas precisamente no século XXI como reflexos acentuados da consolidação do neoliberalismo e da ausência de regulação efetiva de estado nas transações capitalistas (ANTUNES, 2019). Nesse ínterim, infelizmente, a tendência é a oferta de empregos cada vez mais precários, com jornadas de trabalhos ampliadas, salários menores e uma competição cada vez mais crescente.

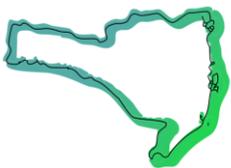
É possível inferir que no Brasil a Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017 consolidou a reforma das Leis do Trabalho (CLT) legitimou a exploração dos trabalhadores, fortalecendo o trabalho precário na era da “uberização” das atividades laborais, conceito que se refere aos trabalhadores que vendem sua força de trabalho sem um vínculo empregatício sólido, que lhes permita acessar direitos trabalhistas, colocando-os na simples condição de prestadores de serviços. E como consequência dessa legitimação temos um mercado de trabalho que beneficia o empregador e negligencia o empregado, servindo vorazmente a lógica de acumulação do capital e a manutenção da centralização das riquezas nas mãos de poucos (ANTUNES, 2019).

A ausência de atuação do MEC durante a pandemia, a falta de um plano de apoio as atividades educacionais ofertadas pelas escolas e instituições de ensino superior do país, refletiram diretamente nas taxas de frequência em todas as etapas de ensino, conforme apontou os dados da PNAD Covid-19, em novembro de 2020, conforme a pesquisa apenas 60% da população com idade entre 6 e 29 anos de idade frequentava a escola ou universidade. Sendo que os indivíduos que tinham 17 a 29 anos de idade representavam apenas 31,5% dos indivíduos dentro dessa faixa etária que deviam estar frequentando o ensino médio ou superior (IBGE, 2020).

Por conta desse cenário atual, além de desestimulados a dar continuidade a sua formação, diante das dificuldades financeiras apresentadas por grande parcela das famílias das classes populares, não é raro que os jovens abandonem os estudos para ajudar com a renda familiar, mesmo que isso signifique se submeter ao trabalho informal. Situação bem preocupante, pois embora não haja uma linha linear entre formação/capacitação e inserção profissional, não se qualificar torna ainda mais improvável conseguir uma atividade laboral, que além de gerar uma renda possibilite também crescimento, satisfação e realização pessoal (ALBORNOZ, 2008).

A inserção profissional pode ser caracterizada por elementos diversos, que giram em torno das expectativas, razões e oportunidades, portanto não se trata de um processo vivenciado da mesma maneira por todos os jovens, mesmo que sejam pertencentes a mesma sociedade, período histórico, gênero e contexto, cada um associa o ingresso no mercado de trabalho da própria sua maneira (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012, p.130). Deste modo, a inserção no mercado de trabalho é um desafio comumente enfrentado pelos jovens, mesmo quando os indicadores econômicos demonstram bons desempenhos eles travam uma verdadeira batalha em busca por emprego. A situação ainda piora quando as atividades econômicas que regem o mercado de trabalho passam por períodos turbulentos, fazendo com que a categoria juvenil seja atingida de forma acentuada, seja no movimento de inserção laboral ou na manutenção da vaga de emprego já conquistada.

A crise político-econômica como a que vivenciamos, iniciada em meados de 2014 que perdurou com veemência nos anos de 2015 e 2016 e que começou a demonstrar mudanças positivas a passos lentos



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



nos anos posteriores interferiu diretamente em vários aspectos relacionados a economia, entre os quais destaque: elevação dos índices de inflação, aumento das desigualdades econômicas, crescimento relevantes das taxas de desemprego, entre outras (IPEA, 2020).

Em 2019 o país ainda estava tentando se recuperar da crise, oscilando entre trimestres de pequenos crescimentos econômicos e outros de retração. Para piorar a situação em março de 2020 fomos surpreendidos pela pandemia de Covid-19.

Em poucos meses entramos no que os especialistas em economia chamam de recessão técnica, que de forma resumida significa apresentar por dois trimestres consecutivos desaceleração na economia. Como apontam diversas pesquisas realizadas por estudiosos da categoria juventudes e instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o IBGE, em contextos recessivos como o que entramos novamente em 2020 (em parte por conta da Covid-19) o mercado de trabalho inclina-se a desempregar ou manter desempregado em maior escala as pessoas jovens se comparadas as pessoas adultas.

Essa afirmação pode ser comprovada com base no relatório mensal da PNAD Covid-19 de novembro de 2020, que apontou que as maiores taxas de desocupação, cerca de 24,2% compreendeu os indivíduos entre 14 a 29 anos de idade (PNAD COVID-19, 2020). Como já mencionado com bases nos dados da Covid-19 e inúmeras pesquisas que compreendem a categoria juventude, podemos afirmar que os jovens acabam sofrendo muito mais com as oscilações do mercado de trabalho.

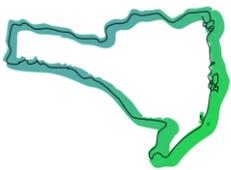
E a relação estabelecida entre os jovens com o mercado de trabalho por sua vez reflete de forma direta ou indireta no seu vínculo com a educação. Para pensar sobre essas relações é relevante explorar o papel das políticas públicas educacionais e das políticas públicas que visam a geração de emprego e renda, no tocante ao seu papel na minimização ou resolução das principais problemáticas que envolvem as demandas de educação e trabalho na vida da população jovem, que como já vimos na seção anterior têm sido extremamente evidenciadas durante essa pandemia.

Entendemos como política pública ações que são desenvolvidas nos formatos de programas, atividades e normas que são elaboradas pelo governo em esfera municipal, estadual, ou federal, com o intuito de assegurar os direitos da população e suprir determinada demanda social que se apresente. Apesar dessa definição tão objetiva e serena, na prática sabemos que uma política pública não surge de forma simples e totalmente pacífica, muitas das políticas públicas em vigor foram criadas a partir da pressão da sociedade civil e do terceiro setor, por meio da atuação de movimentos que lutam pelo reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãos. É um campo bastante complexo, em que ocorre jogo de forças, conflitos, disputas envolvendo diversos interesses de grupos econômicos e políticos.

Mediante essa compreensão de que política pública envolve ações do governo ou a decisão de se omitir diante de uma determinada demanda social, vale destacar que categorias tão complexas como educação e trabalho são muito abrangentes, então focamos aqui nesse ensaio as políticas públicas educacionais voltadas ao aspecto escolar e as do trabalho na questão de repasse de renda ou bolsas que contribuam para que os jovens permaneçam na escola e/ou que também tenham possibilidade de acessar e permanecer no ensino superior.

O que vivemos atualmente é uma quantidade ínfima de políticas públicas redistributivas que sirvam de suporte para que os jovens oriundos da classe popular possam dar continuidade a sua formação, sem ter de abandonar os estudos (quer seja na educação básica ou superior) para lançar-se no mercado de trabalho, de acordo com Azevedo (2003, p.38) esse tipo de política é caracterizada pela redistribuição de “[...] renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos [...]”. A grosso modo, dois exemplos bem conhecidos desse tipo de política pública são os programas: Bolsa Família que compreende crianças de 0 (zero) até 17 anos de idade e para os que estão ou almejam entrar na educação superior temos o Universidade para Todos - PROUNI.

No campo das políticas públicas relacionadas ao trabalho destacamos a Lei nº 10.097 sancionada em 19 de dezembro de 2000, chamada de Lei da Aprendizagem, que alterou a dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e que permitiu as empresas contratarem na condição de aprendiz, indivíduos entre 14 e 18 anos de idade.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Essa política de aprendizagem contribui para que os jovens das classes populares consigam seu primeiro emprego, mesmo sem possuir experiência, requisito muito presente nos critérios para contratação atual e que acabam desmotivando muitos jovens que buscam pelo seu espaço no mercado de trabalho. Claro que também acaba beneficiando as empresas que acabam tendo a possibilidade de formar seus funcionários de acordo com as suas demandas.

Na condição de aprendiz o jovem terá uma renda, uma jornada de trabalho menor que lhe permitirá de certa forma conciliar educação e trabalho, além de ser amparado por questões legais que legislam sobre esse tipo de vínculo empregatício. Essa Lei colabora também para que os jovens, possam ter seu primeiro emprego, adquirir experiência e qualificação profissional, porém não existem vagas suficientes nas empresas para empregar todos os jovens pertencentes a grupos de maior vulnerabilidade social e programas como esse necessitam ser ampliados, uma vez que esse tipo de política que gera emprego e renda pode contribuir para que o jovem não abandone seus estudos para se inserir de qualquer maneira no mercado de trabalho.

Em dezembro de 2007 a Lei nº 10.097 foi alterada e passou a prever que jovens de 14 a 24 anos poderiam ingressar no mercado de trabalho na condição de aprendizes e que a instituição contratante deverá fornecer formação profissional teórica e prática bem como assegurar os direitos trabalhistas (POCHMANN, 2007). Essas colocações a respeito desses exemplos de políticas públicas foram feitas para reforçar a necessidade e a urgência de elaboração e implementação de novas políticas bem como a intensificação das ações das que já existem em prol das demandas sociais das juventudes por educação e trabalho, principalmente diante do cenário cruel de abandono escolar e desemprego intensificado pela pandemia de Covid-19.

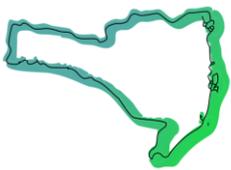
Conforme apontou o diretor geral da OIT, Guy Ryder “a pandemia está infligindo vários choques aos jovens. Ela não só destrói seus empregos e suas perspectivas profissionais, mas também compromete sua educação e seu treinamento e tem repercussões graves sobre o seu bem-estar mental” (OIT, 2020). A OIT já nos primeiros meses de pandemia em 2020 sinalizou que a crise econômica provavelmente iria atingir de forma mais crítica os jovens, fato que pôde ser comprovado pelos dados de desemprego levantados pela PNAD Covid-19, bem como os baixos índices de jovens com idade entre 17 e 29 anos que deveriam estar frequentando o ensino médio e o ensino superior, mas não estão.

Posto isso também é válido frisar que os problemas relacionados ao trabalho e a educação que assolam as juventudes (de forma mais aparente atualmente durante a pandemia), a longo prazo não afetarão somente a juventude, isso irá refletir na sociedade de um modo geral, gerando outras demandas sociais. Após termos exposto de forma otimizada informações pertinentes a respeito da pandemia da Covid-19, as juventudes, a educação e o trabalho, na seção a seguir constam os materiais e método utilizado para elaborar esse ensaio teórico.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia empregada na realização desse recorte de tese envolveu a pesquisa bibliográfica. Esse ensaio é fragmento de uma tese de doutorado em andamento, portanto, compõe um dos capítulos teóricos. A metodologia empregada na realização desse recorte de tese envolveu a pesquisa documental e bibliográfica dentro de uma abordagem qualitativa. pois acreditamos que essa abordagem permite ao pesquisador explorar de forma mais eficiente o seu objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica é capaz de fazer com que o pesquisador tenha acesso ao que já foi produzido a respeito do tema no qual pretende se debruçar e de fato possibilita uma cobertura bem mais abrangente (GIL, 2002), além de contribuir de forma efetiva para o aprofundamento teórico que embasará a pesquisa. Já a pesquisa documental fornece os dados no formato “bruto” exigindo que o pesquisador faça suas próprias análises e verificações em busca da compreensão do seu significado e de suas finalidades (CALADO; FERREIRA, 2004, p.3).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



As discussões aqui empreendidas foram fundamentadas em autores que estudam as temáticas juventudes, educação e trabalho, entre os quais destacamos: Arriès (1981), Peralva (1997), Antunes (2009, 2015, 2019), Dayrell (2003, 2007), Abramo e Branco (2005), Frigotto (2013), Melucci (1997), Pais (2009), Pochmann (2000) entre outros. Todos os dados que constam são frutos de documentos de acesso público e sites institucionais devidamente referenciados.

RESULTADOS

Os achados desse ensaio apontam que os jovens fazem parte da categoria social mais atingida pelas taxas de desocupação não somente em período pandêmico, mas em contextos considerados “normais”. Embora o trabalho seja um direito preconizado pela Constituição Federal brasileira muitos jovens sequer conseguem se inserir no mercado de trabalho, e aqueles que obtêm sucesso na inserção, muitas vezes, ocupam vagas informais ou formais, entretanto, de forma precária com salários reduzidos e carga horária elevada.

O que influencia (in) diretamente na sua relação com educação e pode impossibilitar a continuação da formação acadêmica e/ou qualificação para o mercado de trabalho. No que se refere a um dos primeiros obstáculos para a inserção profissional é ter pouca experiência formal, muitas vezes a universidade ou o Ensino Médio são insuficientes quando o assunto é emprego, uma vez que para aqueles que nunca trabalharam o primeiro emprego parece as vezes estar distante, já que a lista de exigências das empresas é cada vez maior e mais rígida.

Já para que já trabalharam alguma vez, a situação parece ser um pouco melhor, porque se apresentam com um pouco mais de experiência. Todavia, pouco tempo de trabalho ainda não é o suficiente para construir a experiência que as vagas pedem. Conforme pesquisas sobre o assunto, ainda, com pouco ou nada de tempo de mercado, os jovens no momento do primeiro emprego ou a busca por ele, não possuem autoconhecimento necessário para mobilizar seus saberes e entender suas habilidades, para que possam conseguir uma vaga de forma mais tranquila.

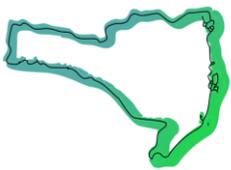
O cenário que estamos observando de novas formas de ocupação e diferentes maneiras de vivenciar o trabalho se espelham num contexto de rápidas mudanças para a juventude brasileira, dificultando os processos de inserção profissional. Quando consideramos as análises sobre a escolha e inserção profissional dos jovens brasileiros, avaliando os desafios e as possibilidades de inserção laboral a partir das articulações entre trabalho e educação, uma vez que ao escolher um curso de graduação os alunos procuram aperfeiçoar seus conhecimentos, visando formação e inserção no mercado de trabalho.

O jovem quando ingressa num curso universitário, normalmente, tem muita expectativa em sair qualificado, assumir uma profissão e obter êxito. Entretanto, nem sempre é assim que ocorre, por isso o dilema da inserção profissional tem se tornado um tema extremamente complexo e recorrente, uma vez que com o contexto da pandemia da covid19 as dificuldades enfrentadas pelos jovens universitários só aumentaram como já assinalamos.

Neste quesito, as instituições de ensino têm a atribuição ou a responsabilidade de orientar os estudantes para que consigam fazê-lo de forma mais assertiva, inclusive sobre a escolha acertada dos cursos e especialmente contribuir para sua inserção profissional. E, se possível, ofertar disciplinas ou momentos nos quais eles possam construir mapas ou inventários no desenvolvimento da carreira durante o curso no sentido de diminuir as dificuldades de inserção e dos problemas que surgem na área de atuação após estarem formados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe aqui nesse ponto lembrar o que já foi enfatizado no texto anteriormente, que já no início do século XXI uma nova crise do capitalismo começou a despontar e que a consolidação do sistema



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



neoliberal, que é caracterizado pela redução de atuação do Estado nas questões que envolvem o bem-estar social e a mínima intervenção no mercado, somente acentuou a redução da oferta de políticas públicas sociais.

Entre as políticas públicas sociais que foram “esquecidas” na doutrina neoliberal, podemos destacar aqui as políticas públicas educacionais, as relacionadas ao emprego, trabalho e renda. Diante desse contexto, tanto a educação quanto o trabalho vêm sofrendo retrocessos catastróficos gerados pelo neoliberalismo e atuação desregulada do mercado capitalista. É importante destacar isso, para não cair na ingenuidade de culpar a pandemia por todas as desigualdades econômicas, sociais, educacionais etc., que estamos vivenciando, pois estas não foram criadas pela pandemia, foram somente agravadas.

Certamente esse ensaio teórico promoveu as reflexões as quais se propôs a fazer, observamos o contexto que estamos atravessando como um momento tempestuoso, porém muito desvelador, propício a gerar inquietações na sociedade de um modo geral e quem sabe servir como um ponto de partida para novas possibilidades. Desta maneira, gerando mais mobilizações da sociedade civil na cobrança do Estado em prol das demandas sociais que não estavam sendo atendidas e que foram, então, descortinadas pela pandemia da doença Covid-19.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto da Cidadania, 2005. p. 149-174.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Proletariado digital, serviços e valor. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019.

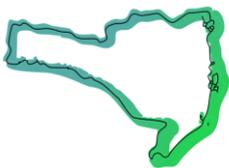
ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 19 de out. 2020

_____. **Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 150, p. 1-4, 6 ago. 2013.

CORSEUIL Carlos Henrique; FRANCA Máira. Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise. In: **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 2020. Disponível em:



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=362. Acesso: 09 jun., 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios – PNAD COVID-19**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101778>. Acesso em: 05 jun. 2021.

CALADO, S.dos S; FERREIRA, S.C dos R. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados**. Acesso em: 9 de jun. 2021. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12123665-Analise-de-documentos-metodo-de-recolha-e-analise-de-dados.html>

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

_____. A escola “faz” as juventudes? reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e qualificação de jovens e adultos pouco escolarizados: promessa integradora num tempo histórico de produção destrutiva. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31. n. 2. p. 389-404, maio/ago. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 4ª edição.

LANA, Raquel Martins; et al, 2020. Emergência do novo coronavírus (SARS-Cov-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública**. 36(3):e00019620, 2020.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 5-14, maio/ago. 1997, n. 6, set./dez. 1997.

OIT. ILO Org: Proteger as(os) trabalhadoras(es) no local de trabalho. Abr.2020. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_741875/lang--pt/index.htm. Acesso em: 9 jun. 2021.

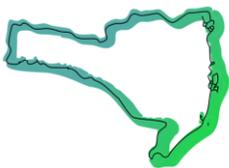
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Centro Regional de Informação para Europa Ocidental**. Disponível em: <https://unric.org/pt/juventude/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Folha informativa – Covid-19** (doença causada pelo novo coronavírus), 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 7 jun. 2021

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-24, maio/ago. 1997, set./dez. 1997.

POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos**. São Paulo, 2007



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Inserção profissional: perspectivas teóricas e agenda de pesquisa.
Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jan./mar. p.124-135, 2012.

AGRADECIMENTOS: agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela Bolsa concedida a autora desse produção.